

ave

Page 2
18 FEV 1988

Ulysses afirma que Constituição sai na marra

SÃO PAULO — A nova Constituição, a despeito de todos os percalços que vem sofrendo, "vai sair na marra", afirmou o presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP). Ele mesmo se definiu como o "marreiteiro dessa Constituição" e garantiu que "nenhuma força, ninguém interromperá o processo constituinte".

Depois de uma conversa de 50 minutos com o governador Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes, Ulysses rebateu as críticas à morosidade da Constituinte e contestou, com veemência, as críticas dirigidas à Assembléia pelo presidente José Sarney e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Má idéia — "Eu daria nota zero a essa proposta de zeração, a essa idéia de zerar a Constituinte, porque isso significaria dissolvê-la", prosseguiu o deputado, ao rejeitar a proposta do ministro das Comunicações, de começar de novo o processo constituinte, a partir de um esboço de Constituição elaborado por um grupo de juristas.

"Quem iria fazer isto?", perguntou Ulysses, respondendo: "Conheço perfeitamente o presidente Sarney e ele não iria repetir esse fato que não abrihanta a biografia de D. Pedro I, que dissolveu a Constituinte de 1823 e outorgou a Constituição de 1824. Sarney tem atrás de sua cadeira — na qual já me sentei 11 vezes — o retrato não de D. Pedro I, mas de D. Pedro IV, de Portugal, que restaurou a legalidade monárquica em seu país, derrotando o usurpador D. Miguel, que era seu irmão".

"Não acredito, muito menos que os militares irão fazê-lo. Eles não fariam o que fizeram os três patetas em 1969, outorgando uma Constituição caricata, em nome da ditadura. Conheço os atuais ministros militares e sei de sua profunda convicção democrática" — salientou. A Carta de 1969, tecnicamente uma emenda à Constituição de 1967, foi imposta ao país pela junta militar constituída pelos então ministros do Exército, Aurélio de Lyra Tavares; da Marinha, Almirante Augusto Rademaker Grunwald; e da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza e Mello.

Os esclarecimentos — Numa entrevista recheada de extensos elogios ao governador Orestes Quércia, que se encontrava ao seu lado afirmando-se, inclusive sob "seu comando", Ulysses contou que tomou o café da manhã na última sexta-feira com o presidente Sarney. Revelou que o presidente lhe falou das críticas dirigidas à Constituinte no programa *Conversa ao Pé do Rádio*, feito pela manhã. Sarney criticou o dispositivo aprovado pela Constituinte, estabelecendo a obrigatoriedade de apresentação de mandado judicial, para a execução de qualquer prisão.

"Quando se aprovou esse dispositivo", rememorou Ulysses, "eu disse ao Bernardo Cabral, que é o relator da Constituinte e que fica à minha direita: 'Precisamos, no segundo turno, na segunda votação, examinar bem isto, porque é preciso distinguir entre as prisões administrativas, disciplinares e a comum. De maneira que vamos examinar isso com a cautela devida. Mas o grave mesmo no Brasil, em matéria de direito penal, não é a pena, é a certeza da impunidade. As cadeias estão cheias, mas há muita gente ainda de fora.'"

O mandato — O deputado garantiu não ter tratado com o governador da questão da duração do mandato do presidente Sarney. Quase com as mesmas palavras, ele e Quércia disseram não ter abordado o assunto "porque a convenção do PMDB deixou a questão à consciência de cada um, de modo que seria muito constrangedor desprezitar essa decisão da convenção". Ulysses negou, também, ter tratado da própria candidatura à Presidência da República, na ida ao Palácio dos Bandeirantes.

Mais uma vez excessivamente cautelosos, tanto Quércia quanto Ulysses despitaram ao máximo e evitaram, de todas as formas, revelar suas preferências por um mandato de 4 ou 5 anos para o presidente Sarney. Ulysses disse não poder nem prever a tendência hoje dominante na Constituinte sobre essa questão. "É muito difícil fazer essa avaliação", desculpou-se. "Meu gabinete é um confessionário, muitos vão lá para conversar e eu noto que ninguém tem uma previsão segura. Um diz que vai dar 4 anos, e outro, por tais e tais razões, diz que dá cinco. De maneira que isso é uma gangorra. O que acho é que a diferença por 4 ou 5 será pequena e podem ocorrer modificações até no dia da votação. Eu não me aventuraria a fazer uma previsão."

Ao concluir, Ulysses contestou mais uma vez as críticas à demora na conclusão dos trabalhos constituintes.

São Paulo — Ariovaldo Santos



Ulysses, cauteloso, não disse se quer 4 ou 5 anos

Sarney retoma confronto com a Constituinte

Nas cinzas de um carnaval que se caracterizou por duras críticas aos políticos em geral e ao governo em particular, os que traçam a linha de comportamento do presidente da República pretendem empurrá-la na direção do confronto aberto com a Constituinte. Ministros como os baianos Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana, e assessores como o consultor geral da República, Saulo Ramos, querem ver o presidente José Sarney desancar decisões polêmicas tomadas pelos constituintes e apertar o cerco aos parlamentares considerados adversários do governo.

A palavra de ordem entre os conselheiros presidenciais é a de levar Sarney a liderar a retomada de iniciativa política por parte de um governo acuado por denúncias de corrupção e cada vez mais enfraquecido no âmbito da Constituinte. Em menos de 10 dias, o ministro Antônio Carlos Magalhães propôs, simplesmente, a dissolução da Constituinte, o presidente da República bateu forte no artigo aprovado que permite a prisão apenas em flagrante delito ou por ordem judicial, e um ministro revelou a existência de um dossiê sobre corrupção praticada por senadores.

O presidente e seus assessores não inovam quando elegem a Constituinte como alvo preferencial para seus ataques. O embate entre o Palácio do Planalto e uma assembléia que o próprio presidente convocou vem sendo travado quase sem trégua desde fevereiro do ano passado, quando a Constituinte foi instalada. Ao questionar a extensão de sua soberania para encurtar-lhe o mandato ou chamar o ministro do Exército para assustar senadores e deputados com o fantasma dos urutus, Sarney se esforçava para manter a Constituinte sob rédeas curtas.

A indicação do deputado Carlos Sant'Anna para líder do governo na Câmara foi a fórmula encontrada pelo presidente para dispor de um eixo próprio dentro da as-

sembléia, acima e independente dos partidos, capaz de operar a formação de um bloco político sólido com os interesses do governo. Não deu certo — não deu, pelo menos, nas proporções desejadas pelo presidente e por seus conselheiros. O *Centrão* surgiu no final do ano passado como um movimento articulado pela direita na Constituinte e por empresários que a financiaram.

Mas o *Centrão*, como tudo em que o atual governo mete a mão, começou a desandar: alguns dos seus líderes esqueceram temporariamente os objetivos iniciais do grupo para tentar colocá-lo a serviço do mandato de cinco anos desejado por Sarney. A nova ofensiva presidencial para intimidar a Constituinte só poderia dar certo se fosse acompanhada de uma clara melhoria da situação do governo na gerência da economia e da administração pública. Um governo revitalizado poderia inibir a fatia de constituintes mais susceptível a pressões.

Nada indica que isso ocorrerá. Não há mudanças à vista nem no ministério, nem nos métodos de administração, nem no comportamento do presidente, escravo, a essa altura, de sua própria obsessão em torno da extensão do mandato de que dispõe. A perseverar na linha do confronto com a Constituinte, tende o presidente a ficar cada vez mais politicamente isolado. Pode seu ministro das Comunicações ter sido, como de fato foi, aplaudido por empresários paulistas ao criticar as decisões da Constituinte — mas ao aplauso nada sucedeu, nem sucederá.

O surgimento do *Centrão* indicou a via do entendimento como a melhor e a única possível capaz de dotar o país de uma Constituição moderna, equilibrada. Há uma convicção generalizada na sociedade de que a Constituinte é hoje o único poder legitimamente constituído. O que ela decidir pode ser objeto de discussão e de críticas — mas ninguém pode, muito menos um presidente que ocupa um cargo para o qual não foi eleito, contestá-la velada ou abertamente. O caminho do confronto com a Constituinte trai o vezo do autoritarismo e a nostalgia da ditadura.

Ricardo Noblat

Mediunidade volta à pauta de votações

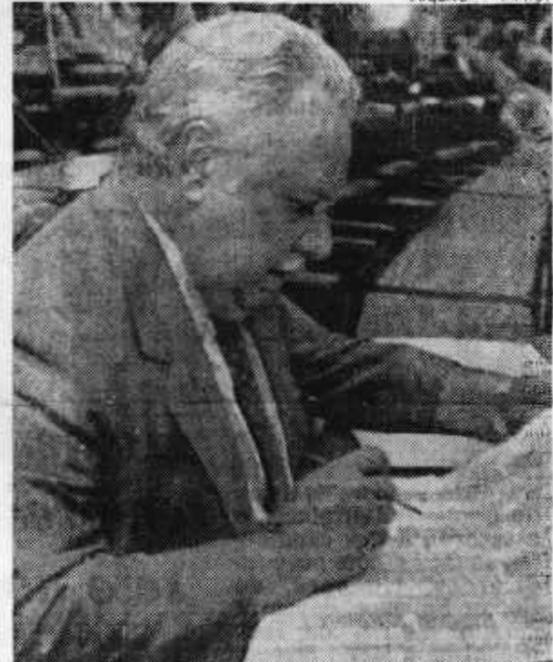
BRASÍLIA — Depois de sete dias de recesso, a Constituinte retoma hoje a votação do projeto da nova Carta, quando tentará encerrar a votação de todos os itens relativos ao Capítulo I do Título II, referente aos Direitos Individuais e Coletivos. Para compensar os feriados do carnaval, Ulysses Guimarães já anunciou que realizará sessões extraordinárias no próximo final de semana. Ontem, os gabinetes e corredores do Congresso estavam completamente desertos e nenhum setor, à exceção da gráfica do Senado, funcionou.

A primeira votação será para uma proposta da deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), que não alcançou quorum para ser apreciada na última sessão — encontravam-se em plenário somente 260 constituintes, quando a maioria exige 280 votos. Tutu subscreveu a emenda popular de vários centros espíritas, com mais de 30 mil assinaturas, que pretendem incluir na Constituição o direito à prática da mediunidade como terapia espiritual, desde que realizada gratuitamente. A tendência do plenário, na votação que não valeu, foi de rejeição da matéria. Ela obteve 149 votos contrários, 84 favoráveis e 27 abstenções.

Também será votada emenda do deputado Chagas Duarte (PFL-RR) que pretende tipificar como crime a prática do aborto. Até agora, a nova Constituição não define nenhuma posição sobre o aborto, nem a favor nem contra. Outro assunto a ser discutido e votado na sessão de hoje será uma proposta do deputado Maguito Vilela (PMDB-GO) que pretende incluir como a "mais grave ofensa ao povo o crime do colarinho branco, sendo sua prática inafiançável, imprescritível e insuscetível de anistia".

A deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP) pretende aprovar já nesse capítulo a criação da figura do Defensor do Povo que poderá promover a responsabilidade da autoridade no caso de abuso ou omissão. Do deputado Álvaro Valle (PL-RJ) será apreciada emenda que permite o transplante de qualquer órgão do corpo humano desde que o doador tenha manifestado sua intenção em vida. Essa proposta restabelece o que foi aprovado na subcomissão de saúde e que acabou saindo do projeto constitucional, pretendendo o deputado retomá-la agora.

Arquivo — 4/11/87



Dasso: ninguém briga pela marca Centrão

Dasso diz que teses do 'Centrão' vão vingar

Com um sorriso malicioso e um desenho, o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), um dos principais líderes do *Centrão*, disse que a saída de 61 parlamentares pemedebistas do grupo não foi para valer e só se explicará "a médio prazo". Segundo ele, "ninguém está fazendo questão da marca ou da palavra *Centrão*, pois o importante é a vitória dos princípios da livre iniciativa na nova Constituição, e isso será conseguido".

Dasso Coimbra explicou que a estratégia agora consistirá em devolver os integrantes do *Centrão* às lideranças partidárias, "para que continuem assim brigando pelos ideais de centro-direita". Na medida em que voltarem aos partidos, esses parlamentares terão maiores possibilidades de disputar, simultaneamente, as indicações para as eleições municipais de novembro e para as presidências das comissões do Congresso.

Manifesto — Para comprovar que o *Centrão* não foi abandonado pelos 61 parlamentares pemedebistas, mas apenas está cumprindo uma estratégia, o deputado fluminense disse que os articuladores de um desligamento de fato do grupo, os deputados Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) e Marcos Lima (PMDB/MG), não conseguiram assinaturas para o primeiro manifesto dissidente, cujo esboço falava explicitamente em "desligamento". Foram os próprios comandantes do *Centrão* que trataram de arranjar assinaturas para o manifesto, finalmente divulgado e que, mais genérico, não fala em "desligamento".

Com uma caneta vermelha, Dasso desenhou um círculo representando o *Centrão*, e outros pequenos círculos, representando os partidos que têm integrantes no movimento: PMDB, PFL, PDS, PDS e PTB. Antes, disse, o grupo atraiu parlamentares dos partidos; agora, vai utilizá-los dentro dos partidos para a aprovação das teses favoráveis à livre iniciativa. Com isso, o círculo principal ficará apenas com "os ortodoxos". Na avaliação de Dasso, 221 constituintes são fielmente identificados com essas teses, 41 com grande parte delas e 18 com algumas delas, independentemente de estarem ou não formalmente ligados ao *Centrão*.

O deputado Ulysses Guimarães convocou os líderes de todos os partidos e grupos da Constituinte para uma reunião amanhã de manhã para tentar chegar a um acordo sobre um dos temas mais polêmicos da nova Carta: a estabilidade. A matéria deverá ser votada na próxima semana, no capítulo dos Direitos Sociais. Até agora, o *Centrão* insiste na tese de que a proteção do emprego deve ser feita através de indenizações compensatórias. A liderança do PMDB e a esquerda não concordam com a idéia, argumentando que, na prática, ela anula o princípio da proteção do emprego.